

Expansão internacional: como buscar a segurança dos negócios

Fernanda Andrade (*)

O mercado de trabalho tem exigido cada vez mais dos profissionais

Com a crise e grandes volumes de demissão, realizar sozinho tarefas que antes eram feitas por três, quatro pessoas, tornou-se mais frequente do que se imagina. Lidar com as constantes mudanças estruturais ou de organograma faz parte do cotidiano de praticamente todas as empresas atualmente.

Nesse sentido, é preciso muita flexibilidade para enfrentar as vulnerabilidades constantes. O popular "jogo de cintura" está sendo mais necessário do que nunca.

Inicialmente, os profissionais tendem a resistir às mudanças, relutá-las. Alguns tentam até minimizá-las, tentando negá-las ao máximo. O ser humano tende a querer se manter em sua zona de conforto. Fazer o que já sabe e tem domínio, é muito mais fácil e cômodo do que se aventurar por caminhos desconhecidos.

Mas chega um momento que não dá mais. Por mais que tentemos postergar, as situações se desenham de tal forma que não há mais como não encará-las de frente. É nesse momento que a flexibilidade se faz presente e tão necessária. É preciso se despir de algumas crenças pré-estabelecidas e estar aberto às novas possibilidades.

Como em todos os processos de mudança, o profissional terá de passar pela chamada curva de aprendizagem, onde precisará aprender coisas novas, como se tornar líder ou mesmo assumir uma outra área de negócio, diferente da que estava acostumado.

Essa flexibilidade irá exigir também uma boa dose de paciência. A perfeição requer treino e, todos que assumem uma nova função terão que desenvolver algumas competências técnicas e comportamentais diferentes. Só após um período de dedicação e esforço

extra é que se conquistará o conhecimento e habilidades necessárias para as novas atividades.

Muitas vezes, passada essa fase de adaptação, muitos profissionais avaliam a mudança como muito positiva, visto que os desafios podem ser estimulantes. Alguns se sentem tão motivados que podem, inclusive, sentir interesse por voltar a estudar, como forma de buscar mais conhecimento e ferramentas para lidar com as novas exigências.

Contudo, cabe destacar também que toda flexibilidade exige limite. Um profissional precisa ter uma meta, um plano de carreira bem claro. Ele precisa ter um plano de carreira estabelecido e o que pretende fazer para chegar lá. A flexibilidade pode ser interpretada como pequenas alterações de rota nesse caminho, mas elas não podem desviar o profissional de seu foco principal.

Quando faz uma mudança muito brusca de carreira, voltar à área de origem pode ser mais difícil. Mas, se a alteração de rota já era desejada, a mudança pode ser muito positiva e até renovadora. Por outro lado, ser inflexível também tem seu preço. Profissionais que se mantêm totalmente rígidos em seus propósitos, sem abrir qualquer tipo de exceção, pode perder muitas oportunidades.

As empresas valorizam muito a flexibilidade e, tendem a reconhecer quem fez algum esforço para ajudar a companhia em um momento de necessidade. Algumas concessões devem ser negociadas dentro de uma proposta de mudança. Muitas vezes, é necessário dar um passo para o lado ou até mesmo para trás para avançar mais lá na frente. Já quem não aceita ceder, pode nunca atingir seu objetivo.

Vale a pena pensar sobre isso.

(*) - É Gerente de Hunting e Outplacement da NVH - Human Intelligence (www.nvhhuman.com.br).

Com fim da hegemonia da TV, internet pode ser decisiva nestas eleições

As próximas eleições podem ficar para história e registrar o fim da era da televisão aberta como o principal meio de informação dos brasileiros para acompanhar a disputa de votos por cargos públicos

Especialistas têm como hipótese a possibilidade de a internet ter mais peso do que nunca na decisão, e mudar em definitivo, a maneira de se fazer campanha eleitoral no país.

Pesquisadores assinalam que os 147,3 milhões de eleitores brasileiros escolherão seus representantes sob influência inédita de conteúdos compartilhados nas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, em especial no Facebook e no WhatsApp. "Tem se especulado que esse pleito possa vir a ser a primeira eleição onde a internet assuma papel protagonista", resume o sociólogo e cientista político Antônio Lavareda.

Nas plataformas da internet, diferente da televisão e do rádio, que veiculam o horário eleitoral gratuito, a comunicação é individualizada e interativa. Os conteúdos são mediados pelos usuários, em lugar de vídeos e peças sonoras veiculados para grandes audiências - sem



Especialistas avaliam que as redes terão mais peso que nunca no pleito.

possibilidade de resposta ou de encaminhamento. "A mensagem que consegue penetrar em grupos é mais influente do que aquela que vem pela televisão", afirma o estatístico Marcos Ruben.

Fábio Gouveia, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da UFES, assinala que "a atenção não está mais concentrada na

televisão" e, nesta campanha, os usuários "assumem papel de filtros disseminadores", repassando ou retendo mensagens às pessoas com quem estão conectadas. Christian Dunker, professor titular do Instituto de Psicologia da USP, aponta que a internet "viabiliza informação para uma quantidade grande da população que estava excluída do debate político".

Nota da ONU sobre Lula é 'recomendação'

Em resposta ao comunicado do Comitê de Direitos Humanos da ONU sobre o ex-presidente Lula, o Ministério das Relações Exteriores divulgou na sexta-feira (17) nota à imprensa na qual diz que o conteúdo do documento "tem caráter de recomendação".

De acordo com o Itamaraty, a deliberação "não tem efeito juridicamente vinculante", ou seja, não é obrigatório. Mesmo assim, será encaminhada ao Poder Judiciário brasileiro. O texto ainda ressalta que o "Comitê é integrado não por países, mas por peritos que exercem a função em sua capacidade pessoal".

"O Brasil é fiel cumpridor do Pacto de Direitos Cívicos e Políticos. Os princípios nele inscritos de igualdade diante da lei, de respeito ao devido processo legal e de direito à ampla defesa e ao contraditório são também princípios constitucionais brasileiros, implementados com zelo e absoluta independência pelo Poder Judiciário", finalizou o texto (ANSA).

Senadores pressionam pela aprovação de proposta sobre Lei Kandir

A compensação dos estados com as perdas da Lei Kandir, um embate que se arrasta há décadas com o governo federal, terá mais um capítulo em breve. Senadores estão cobrando uma solução para o impasse e enviaram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, um ofício pedindo a aprovação do projeto que trata do assunto. O projeto é proveniente da comissão mista criada para apresentar uma solução para o problema.

Em vigor desde 1996, a Lei Kandir isenta do ICMS produtos e serviços destinados à exportação. A isenção gerou perda de arrecadação nos estados exportadores, como Rio Grande do Sul, Pará e Mato Grosso, que vem sendo compensados pela União. Nestes mais de 20 anos, os estados têm reclamado que a compensação é insuficiente para cobrir as perdas, o que está gerando grandes prejuízos aos cofres estaduais.

"Nossas esperanças não morreram ainda. Encaminhamos um ofício ao Rodrigo Maia para que ele leve à votação esse



Comissão especial sobre a Lei Kandir terminou em maio. Texto agora tramita na Câmara.

projeto. O Rio Grande do Sul, por exemplo, é o quarto estado brasileiro com créditos milionários da Lei Kandir. E, até agora, nada se conseguiu com relação a esse direito", afirmou o senador Lasier Martins (PSD-RS).

O projeto já foi aprovado em uma comissão mista formada por senadores e deputados e precisa ser votado no Plenário da Câmara antes de chegar ao Senado. O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que os repasses efetuados pela União, em

20 anos, representam apenas 17,8% das perdas apuradas pelos estados exportadores, que somam R\$ 548 bilhões. "Considerando que a dívida líquida dos 27 estados atingiu R\$ 650 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, as perdas dos estados equivalem a 84% do passivo financeiro líquido". Para ele, o projeto determina que os repasses da compensação devida pela União devem ser regulares e estáveis (Ag.Senado).

Proposta amplia ações de combate ao fumo



O projeto também proíbe o uso de aditivos para dar sabor e aroma a cigarros.

Sete em cada dez internautas defendem a proibição de que empresas de cigarros ou similares façam propagandas e ações comerciais, como patrocínio de eventos. Esse foi o resultado da mais recente enquete do Data-Senado. A medida faz parte do projeto que propõe novas restrições à produção, apresentação e comercialização de fumígenos. Apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP), o projeto também proíbe o uso de aditivos para dar sabor e aroma a cigarros, cachimbos e similares.

A ideia recebeu o apoio de mais da metade dos participantes (63%), enquanto 31% discordaram da restrição e 7% não souberam ou preferiram não responder. Em relação à comercialização, 66% apoiaram a proibição do uso de máquinas automáticas na venda de cigarros e similares e 63%

defenderam que a exposição desses produtos seja proibida. A rejeição às duas restrições foi manifestada por cerca de um terço dos participantes.

Além disso, 68% dos participantes manifestaram apoio ao enquadramento do ato de fumar em veículos, quando houver passageiros menores de dezoito anos, como infração de trânsito gravíssima, enquanto 29% manifestaram rejeição à proposta. Outro ponto é o aumento no espaço ocupado por imagens e mensagens de advertência nas embalagens de cigarros. 56% defenderam que uma embalagem padronizada, contendo mais imagens e mensagens de advertência do que atualmente, contribui para o combate ao tabagismo. Por outro lado, 43% discordaram e 1% não soube ou preferiu não responder (Ag.Senado).

Gratuidade para idoso no transporte interestadual

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa aprovou proposta que concede gratuidade no transporte coletivo público rodoviário, hidroviário, ferroviário e aéreo a pessoas com mais de 65 anos. O Estatuto do Idoso prevê a gratuidade a maiores de 65 anos apenas nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos.

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Heitor Schuch (PSB-RS). Ele argumenta no parecer que há necessidade de se estabelecer a gratuidade para todos os tipos de transporte oferecidos aos idosos, dentro dos limites que não venham a colocar em risco o funcionamento das empresas concessionárias.

O substitutivo cria uma regra de transição para pessoas entre 60 anos e 65 anos. Nesse caso, as condições para a gratuidade serão definidas pela legislação local. O texto ainda altera o



O relator, deputado Heitor Schuch (PSB-RS).

Estatuto do Idoso para estabelecer que a reserva de duas vagas gratuitas por veículo no transporte coletivo interestadual valerá para a maioria de 65 anos com renda de até 3 salários mínimos e não mais de 2 salários mínimos, como prevê a lei atualmente.

Por fim, o texto aprovado modifica o Estatuto da Pessoa

com Deficiência para conceder gratuidade em dois assentos em cada veículo do serviço de transporte público de passageiros, nos modais aeroviário, rodoviário e hidroviário a pessoas com deficiência. O texto aprovado segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça. Depois, segue para o Plenário (Ag.Senado).

Indenização a servidores do Ibama em regiões de fronteira

Um projeto de autoria do senador Rudson Leite (PV-RR) concede indenização aos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que trabalham em áreas de fronteira. O benefício é para aqueles em atuação em unidades situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, fiscalização e repressão de delitos transfronteiriços.

Segundo Rudson Leite, a intenção do projeto é estender aos profissionais do Ibama um direito já instituído pela Lei 12.855, de 2013, que trata dos servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Trabalho. Na opinião do senador, estabelecer um mecanismo de incentivo financeiro de natureza indenizatória vai resultar na redução da evasão de servidores do Ibama nessas regiões fronteiriças, visto que essas localidades isoladas são de difícil fixação de trabalhadores.

"Pretendemos reduzir as dificuldades para a fixação do servidor do Ibama nas fronteiras nacionais onde o governo brasileiro necessita ter atuação mais efetiva na prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos que são frequentemente praticados nessas localidades limítrofes", explica o Rudson Leite. O projeto tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça, onde aguarda designação de relator (Ag.Senado).